

HISTÓRIAS CRUZADAS:

uma prosopografia dos fundadores da Revista Brasiliense (São Paulo, 1955)

Crossed histories: a prosopography of the founders of Brasiliense Review (São Paulo, 1955)

Sérgio de Sousa

MONTALVÃO

UFF - Universidade Federal Fluminense

sergiomontalvao@id.uff.br

RESUMO

Por meio de uma abordagem prosopográfica, o artigo estuda o grupo dos quarenta e cinco participantes do *Manifesto de Fundação da Revista Brasiliense*, editada na cidade de São Paulo, entre 1955 e 1964. Problematizando a questão do intelectual que estaria apoiando o projeto desenvolvido por Caio Prado Júnior e Elias Chaves Neto, o cruzamento das biografias demonstra que determinadas formas de socialização política, cultural e profissional não permitem enquadrá-lo como um especialista, mas sim como um intelectual público, engajado no amplo debate sobre a modernização brasileira de meados do século XX.

Palavras-chave: Prosopografia; Revista Brasiliense; História Intelectual.

ABSTRACT

Through a prosopographic approach, this paper studies the group of forty-five participants of the *Manifesto of the Founders of Brasiliense Review*, published in São Paulo, between 1955 and 1964. Problematising the issue of intellectual who would be supporting the project developed by Caio Prado Junior and Elias Chaves Neto, the crossing of biographies shows that certain forms of political, cultural and professional socialization allow not frame it as an expert, but as a public intellectual, engaged in the extensive debate on the Brazilian modernization of the mid-twentieth century.

Keywords: Prosopography; Brasiliense Review; Intellectual History.

A prosopografia é um dos métodos encontrados no atelier do historiador. Consiste em definir uma população e estudá-la a partir de critérios ou variáveis que irão descrever sua dinâmica social, ação política e visão ideológica, por meio de um questionário biográfico, em geral, empenhado no levantamento de aspectos relativos a origem familiar, relacionamentos sociais, formação escolar, ocupações profissionais e atividades políticas dos indivíduos envolvidos na pesquisa (CHARLE, 2006). A aplicação mais constante do método prosopográfico tem sido feita no estudo das corporações e elites econômicas, políticas e culturais. O objetivo central dessas investigações é detalhar, em um conjunto de trajetórias individuais, as interseções que formam redes e criam possibilidades de ação coletiva (STONE, 2011).

Na História Social, há quase meio século, a prática da prosopografia representou uma alternativa ao modelo quantitativo-serial, de associação com os movimentos da economia, permitindo a saída do enquadramento feito a partir das grandes estruturas que demarcavam os limites de pertinência dos agentes individuais, pelo recurso aos “jogos de escala” e a introdução de uma perspectiva relacional, preocupada em evitar “a inclinação primária para pensar o mundo social de maneira realista” (BOURDIEU, 2011, p. 27). Esse giro torna-se flagrante, por exemplo, na micro-história italiana e seu entendimento do processo histórico-social como um campo aberto a possibilidades, em que atores de variadas condições agem em meio a incertezas e oportunidades, constituindo redes interativas que sustentam suas escolhas e estratégias, numa recusa aberta à noção de contexto, se percebida de maneira estática e determinista (SILVA, 2005).

Na História Política, o encontro com as intenções advindas da construção de biografias coletivas evitou o aprisionamento desta ao imperativo dos sujeitos, individualmente capazes de conduzi-la, beneficiando-se dos dispositivos analíticos colocados em cena por sociólogos e historiadores sociais. O que implica dizer que a modelagem prosopográfica, não sendo apenas uma simples reunião de histórias de vida, serviu para evitar as ilusões biográficas, situando-se como artefato no apuro da noção bourdieusiana de trajetória, entendida como uma “série de posições sucessivamente ocupadas, por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (BOURDIEU, 2002, p. 189).

Se rumarmos em direção aos subcampos da História Política, iremos perceber uma renovação decorrente do movimento de ruptura dos balizamentos que a identificavam aos grandes homens e às grandes obras. No terreno da História das Ideias Políticas, que tanto nos interessa pela afinidade que possui com a História dos Intelectuais, a prosopografia serviu como aliada na superação do conceito de “história-galeria”, pleiteado nos estudos de Jean-Jacques Chevallier, que perdeu espaço para uma outra historiografia, decidida a abandonar o estudo das grandes obras e ir em busca dos “pensadores secundários, jornalistas notórios, romancistas de grandes tiragens, todos os tipos de autores outrora indignos do panteão do pensamento político” (WINOCK, 1996, p. 281). Esses personagens do dia a

dia ganharam espaço em virtude da representatividade de suas ações, da repercussão de suas produções literárias, que se mostraram também como produtos das sensibilidades dominantes do tempo em que vieram a lume. Essa nova perspectiva, emergente na França desde meados da década de 1960, retirou o foco até então predominante na imersão ao mundo das ideias particulares, das idiossincrasias intelectuais, deslocando-o para o estudo das formas de mediação, seja por meio de grupos atuantes em jornais e revistas ou de individualidades cruzadas nas instituições escolares.

O uso positivo da prosopografia na história dos agrupamentos intelectuais foi evidenciado por Jean-François Sirinelli (1996), ao perceber as condições oferecidas por esse exercício na observação das coincidências de itinerário, geração e sociabilidade que configuram o campo de ação dos indivíduos que se aproximam ou se afastam em razão das batalhas de ideias. Antes do seu desenvolvimento recente, porém, a História dos Intelectuais passou pelas mesmas dificuldades enfrentadas pela História Política quando da hegemonia dos *Annales* na historiografia. O combate desse grupo de historiadores ao “humanismo retrógrado”, tão bem exposto no artigo-manifesto de Fernand Braudel, *História e Ciências Sociais: a longa duração* (1958), considerou-a também em meio a um “número infundável de defeitos”, caindo-lhe a pecha de elitista, individualista, subjetiva e psicologizante (FERREIRA, 1992, p. 266).

Atualmente, procura-se entender os intelectuais fora da concepção de Julien Benda, de uma clerezia de seres superdotados, homens acima da média, portadores de um senso moral extremo, lutadores da causa da humanidade. Isso permite vê-los, aquém de uma imaginária e inclassificável aristocracia, como objeto acessível aos métodos advindos da História enquanto Ciência Social, “sobretudo através da indispensável constituição de um corpus de textos e de uma abordagem prosopográfica dos itinerários” (SIRINELLI, 1996, p. 238).

A prosopografia contida neste artigo abarca os quarenta e cinco participantes do *Manifesto de Fundação da Revista Brasiliense* (RB), editada na cidade de São Paulo por Caio Prado Júnior e Elias Chaves Neto, entre setembro de 1955 e março de 1964. O objetivo é conhecer um pouco mais a respeito desse grupo levando-se em conta aspectos geracionais, escolares, profissionais e de produção intelectual. A hipótese que se quer testar envolve o posicionamento da revista no campo intelectual adjacente, em um período em que as Ciências Humanas e Sociais adquiriam autonomia em termos de autoridade científica, não apenas por meio da formação dos primeiros pesquisadores *full time*, em virtude da abertura de cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), mas também da chegada das primeiras revistas especializadas no meio editorial paulistano: *Sociologia* (1939), *Revista de História* (1950) e *Revista de Antropologia* (1953).

O que a bibliografia sobre a RB indica não é um perfil exatamente igual a esse. A pesquisa pioneira de Fernando Limongi (1987) ressaltou os vínculos do periódico com a *Revista do Brasil* e a “tradição cultural de Monteiro Lobato”, louvada no *Manifesto de Fun-*

dação, mostrando que não existiriam maiores rupturas entre a sua concepção editorial e as práticas dominantes no jornalismo cultural. Mais recentemente, Luiz Carlos Jackson (2004, p. 267) reiterou a hipótese de Limogi, dizendo que embora recebesse muitos artigos eminentemente acadêmicos, como aqueles que divulgavam o projeto investigativo desenvolvido em torno da Cadeira de Sociologia I da Universidade de São Paulo (USP), dirigida por Florestan Fernandes, a revista se colocava a “meio caminho entre os campos político e cultural”.

Deve-se ressaltar, ainda, que o *publisher* da RB, também principal acionista da editora que a patrocinava, embora reconhecido intelectual nas áreas de história, economia, geografia e filosofia, não estava profissionalmente inserido na vida universitária.¹ O seu viés de entrada no debate intelectual esteve relacionado ao marxismo de matriz comunista, dentro do qual produziu uma interpretação da formação social brasileira, em muitos aspectos divergente do enquadramento dominante no Partido Comunista do Brasil (PCB), que valorizava a permanência dos restos feudais como antagonista da modernização da economia nacional.²

Os anos em que a *RB* esteve em circulação coincidiram com a construção de uma relativa autonomia da vida acadêmica paulistana em relação às atividades políticas e culturais da cidade, levando-nos à percepção de que essas esferas mantiveram uma situação de trocas seletivas. Os intelectuais universitários das Ciências Humanas e Sociais, em geral, resguardavam-se em posições distantes da política dos grandes partidos da época. O que quer dizer que esses intelectuais, em regra, não postularam candidaturas a cargos eletivos nesses partidos, embora manifestassem variada militância política. Eles, no entanto, não deixaram de estar envolvidos nos projetos culturais da grande imprensa, como mostra a frequência com que muitos assinaram artigos e resenhas no Suplemento Literário de *O Estado de S. Paulo*. Esse caderno de cultura, aliás, possuía um formato muito próximo das revistas especializadas, tendo sido idealizado pelo cientista social e crítico literário Antônio Cândido de Mello e Souza (JACKSON, 2004, p. 278).

Na segunda metade da década de 1950, a imprensa dos principais centros urbanos brasileiros passou por um período de reformas, dentro do qual houve a valorização de espaços dedicados a divulgação da literatura e das artes em geral, como foi o caso do *Suplemento Dominical do Jornal do Brasil*. Os intelectuais universitários, porém, pouco estiveram presentes neste e na maior parte dos suplementos culturais editados na época, residualmente abertos a uma pauta relacionada aos temas políticos do desenvolvimento nacional (ABREU, 1996, p. 34). É preciso observar, então, que a colaboração constante de cientistas sociais como Egon Schaden, Florestan Fernandes e Maria Izaura de Queiroz, em artigos e resenhas publicados no suplemento de *O Estado de S. Paulo*, demonstra uma exceção que muito tem a dizer sobre o campo intelectual paulistano.

A profissionalização do exercício intelectual em São Paulo não teve apenas uma trajetória no sentido da autonomização do campo científico. Era também importante e ne-

cessário para os intelectuais das Ciências Humanas e Sociais manterem um elo com o público mais amplo. Como escrevera Maria Alice Rezende de Carvalho (2007, p. 23), os sociólogos uspianos, enquanto “seres funcionalmente modernos em meio a uma ordem patrimonialista e oligárquica”, embora reconhecessem sua independência face ao sistema político estabelecido, ocupavam papéis em que cabiam “simultaneamente, uma identidade acadêmica e um *ethos* intelectual compatível com a noção de intelectuais públicos” (CARVALHO, 2007, p. 23). A *RB* representou, assim, um dos espaços capitais de publicização do pensamento sociológico. Mas se não podemos defini-la como uma revista especializada, como faríamos a sua apresentação? É possível aproveitar a hipótese compartilhada por Limongi e Jackson, apostando na condição híbrida da revista, a meio caminho da intervenção política e cultural? Lançadas as fichas nessa casa, cabem duas questões: qual seria a política editorial da revista e qual seria a cultura política a que pertencera a *RB*?

Para responder a esses questionamentos, em primeiro lugar, não se pode deixar de entender a *RB* como um dos projetos da editora que a sustentava. Fundada por Caio Prado Júnior em 1943, tendo por sócios Arthur Neves, Caio da Silva Prado, Leandro Dupré e Hermes Lima, a Editora Brasiliense manteve uma linha editorial direcionada para a temática nacional, como indicam a publicação das obras completas de Monteiro Lobato e Lima Barreto, além de coleções como *Problemas Brasileiros* (lançada em 1945), cuja proposta era publicar pesquisas atinentes às condições de vida da população, com títulos envolvendo política alimentar, reforma agrária e leis trabalhistas (IUMATI, 1993).

Os autores nacionais editados pela Brasiliense eram, na sua maioria, intelectuais esquerdistas e liberais, cujo ponto de contato estava na rejeição das figuras carismáticas de Getúlio Vargas e Luiz Carlos Prestes. Não desprezando os aspectos comerciais envolvidos na publicação de suas obras, a escolha dos títulos a serem lançados pela editora também expõe, além de envolvimento pessoais, a cultura política dos sócios de maior atividade.³ Arthur Neves e Caio Prado Júnior estiveram juntos no presídio Maria Zélia, detidos na onda repressiva que sucedeu o fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a supressão dos levantes comunistas ocorridos em Natal, Recife e Rio de Janeiro, em novembro de 1935. No esforço de reorganizar o PCB, em meio à ditadura do Estado Novo, os dois militaram nos Comitês de Ação, corrente minoritária que advogava uma alternativa à política comunista de “Constituinte com Getúlio”.⁴

O decênio 1936-1945 forjou o aprendizado político desses atores, em grande medida, pelo desgaste das opções insurrecional e conciliatória em relação a Vargas. Em face a essa experiência, a estratégia da esquerda deveria passar pela construção de alternativas democráticas de médio-longo prazo, em termos de ação política, necessitando, para este fim, do alcance de uma consciência intelectual, divulgada ao público leitor fora do exclusivismo partidário.

1. Uma publicação independente

A entrada em cena da *RB* representou o nascimento de uma publicação independente no campo da esquerda comunista, na medida em que rompia o controle material do PCB, sobrevivendo com recursos próprios (MONTALVÃO, 2006). Quando do lançamento da revista, o Partido Comunista (na ilegalidade desde maio de 1947) estava mergulhado em uma linha de oposição radical aos “governos de traição” (Dutra e Vargas), comprometidos com o imperialismo norte-americano, a serem derrubados pela organização das forças democráticas em uma Frente de Libertação Nacional, defendida por Luiz Carlos Prestes no *Manifesto de Agosto de 1950*. Esse direcionamento foi antecedido pela breve participação comunista na democracia eleitoral, que levou à formação de expressivas bancadas nas câmaras legislativas, além da eleição de Prestes para o Senado da República.

Em pouco tempo de legalidade, o partido obteve uma interlocução privilegiada com o mundo das artes e da intelectualidade literária, em razão, sobretudo, do prestígio conquistado pela União Soviética na luta contra o nazi-fascismo. A vitória no campo de batalha de Stalingrado e a campanha de libertação do leste europeu valeram àquele país a insígnia de avatar do progresso e da justiça social, em meio às ruínas deixadas pela guerra no centro do Ocidente. O relacionamento com os intelectuais foi obtido por meio da abertura de espaços em uma rede midiática rapidamente organizada. No imediato pós-Segunda Guerra Mundial (1945-1947), o PCB contava com nove jornais diários em grandes capitais, três revistas teóricas, duas editoras, uma distribuidora de livros e uma produtora de filmes (FERREIRA, 2012; MORAES, 1994) para divulgar não apenas o marxismo-leninismo, mas também aproximar o partido das massas urbanas por meio da cobertura da cultura popular e dos fatos quotidianos.

Como organizador da cultura, o PCB legalizado teve forte militância nas associações civis que lutavam por direitos profissionais e ampliação da democracia. É o caso da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), cujo primeiro congresso, realizado ainda no Estado Novo, aconteceria no Teatro Municipal de São Paulo, em janeiro de 1945. Os intelectuais comunistas estiveram integrados à frente antifascista articulada naquele momento, de modo suprapartidário. Essa atitude pluralista rendeu simpatias e permitiu que muitos intelectuais de renome, como Carlos Drummond de Andrade, se aproximassem da imprensa pecebista em busca de uma estética do povo e da realização da missão social do artista. Os comunistas brasileiros continuaram nesse movimento até que o presidente Eurico Gaspar Dutra reatvasse as práticas de perseguição policial e desmonte das sedes partidárias, culminando no processo de cancelamento das suas atividades legais.

O quadro acima coincidiu com o emergir da Guerra Fria, dividindo as perspectivas futuras da humanidade entre o capitalismo norte-americano e o socialismo soviético; o que acirrou a dependência ideológica do PCB ao cânone stalinista.⁵ Neste sentido, vale o seguinte comentário de Dênis de Moraes (1994, p. 135): “Embora a repressão tenha contribuído para desagregar as hostes comunistas, foi o sectarismo que enfraqueceu o potencial de representação popular”. No livro *Minha vida e as lutas do meu tempo*, Elias Chaves Neto

(1978, p. 125) narra as dificuldades em se ajustar a essas mudanças:

Não me lembro como me veio parar às mãos o *Manifesto de Agosto* (estávamos em 1950), o qual li durante as horas de calor intenso, na frescura do meu rancho. [...] Li e fiquei perplexo. Todo fundamento teórico de nossa política caía por terra. Não se tratava mais de um resistir; de defender a democracia; o que dava base jurídica a nossa luta, de estarmos defendendo as tradições culturais do nosso povo. Tratava-se agora de derrubar o governo qualificado de ditadura e, este deposto, de organizar as forças democráticas da nação numa Frente de Libertação Nacional, para tanto formando-se um exército popular. Aplicava-se no Brasil o esquema asiático das guerras de libertação que tinham origem na luta contra o colonialismo.

No reviver das suas inquietações quanto ao posicionamento do *Manifesto de Agosto*, Chaves Neto traz indícios do que seria, mais tarde, o principal motivo da criação da *RB*: ajustar o marxismo à realidade nacional. O caminho para se chegar a esse ajuste seria a crítica ao “esquema asiático”, em um movimento em defesa da democracia e das “tradições culturais do nosso povo”. Nesse raciocínio, a mobilização das massas para o socialismo não incluía diretamente a luta armada, nem qualquer proximidade com a ruptura revolucionária (tomada violenta do Estado), mas a continuidade, mesmo nas condições adversas trazidas pela ilegalidade, da política de integração aos poderes constitucionais e ao sistema eleitoral vigente. Isso implica em dizer que haveria espaço suficiente no interior da sociedade civil para o desenvolvimento da luta de classes, estando a sociedade brasileira em processo de “ocidentalização” das suas instituições políticas e sociais.⁶

A repercussão popular da carta-testamento, divulgada logo após o suicídio de Getúlio Vargas (24/8/1954) e as notícias sobre o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), disponibilizadas no Relatório Krushchev sobre os crimes políticos de Stalin, modificaram as táticas de ação do PCB, dentro daquilo que Raimundo Santos chamou de “a primeira renovação pecebista”. O processo de desestalinização despertou os comunistas brasileiros para a “realidade viva da conjuntura” (SANTOS, 1988, p. 87), levando-os à integração no movimento nacionalista, engendrado por uma variedade de vertentes em disputa pelo controle do Estado Nacional e seus mecanismos de gerenciamento econômico.

O espírito de frente ampla que caracterizou a participação dos comunistas na “etapa nacionalista” da política brasileira, conforme as diretrizes da *Declaração de Março de 1958*, foi antecipado pelo grupo fundador da *RB*, reunindo indivíduos de tendências ideológicas espalhadas do centro à esquerda, em uma revista com o propósito de se tornar:

Mais do que uma simples publicação [...], um centro de debates e de estudos brasileiros, aberto à colaboração de todos os que já se habituaram ou se disponham a abordar seriamente esses assuntos e nela terão o meio não só de tornar conhecidos os seus trabalhos, como também de influir sobre a opinião pública. (MANIFESTO DE FUNDAÇÃO, 1955).

A concretização desse projeto, entretanto, só foi possível após o aquecimento do mercado editorial, passada a crise da importação do papel, que quase levou a Editora Bra-

siliense ao fechamento nos primeiros anos da década de 1950 (IUMATTI, 1993, p. 4). Junto a essa conjuntura desfavorável, a empresa de Caio Prado Júnior também passou por problemas internos, provenientes da administração de Arthur Neves. Atuante nos primeiros anos da editora, pela experiência vivida nesse mercado antes da sua entrada na sociedade, Neves foi acusado de envolvimento em práticas de gestão fraudulenta, prejudicando os negócios e levando Caio Prado Júnior a mover contra ele uma ação na justiça e a aumentar a sua participação acionária a fim de obter maior poder decisório.⁷

A recuperação econômica da Editora Brasiliense acompanhou a movimentação do setor editorial, consequência da capacidade organizativa desse segmento do empresariado, que pressionou os órgãos competentes por medidas como a inclusão de livros e papéis na lista de mercadorias importadas isentas de licença prévia (GALUCIO, 2009, p. 77). O crescimento das vendas acompanhou a guinada promovida pelo plano de metas de Juscelino Kubitschek, que beneficiou os editores com “[...] o aumento da concessão de licenças para importação de equipamento gráfico; isenção de impostos para a indústria editorial, exceto o Imposto de Renda; e subsídio ao papel importado” (GALUCIO, 2009, p. 79).

No ano de criação da *RB*, a Editora Brasiliense ocupava a 24ª posição no *ranking* nacional do número de títulos publicados em livro. As cinco maiores editoras brasileiras eram a Companhia Editora Nacional, Melhoramentos, Francisco Alves, Editora do Brasil e José Olympio. Deve-se observar, porém, que, entre elas, as quatro primeiras eram especializadas em livros didáticos (GALUCIO, 2009, p. 46). A empresa de Caio Prado Júnior não se destacava pela edição desse tipo de livro, alavancando os negócios na segunda metade dos anos 1950 mediante contratos assinados com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Instituto Nacional do Livro (INL) para a venda de títulos do catálogo de literatura brasileira (IUMATTI, 1993, p. 5).

2. Os signatários do *Manifesto de Fundação*

Na caracterização do grupo fundador da *RB*, a pesquisa que sustenta este artigo teve por base as fontes tradicionalmente consultadas na realização de uma prosopografia (ver fontes e bibliografia, no final do artigo): anuários, apresentações de autores, dicionários biográficos e biobibliográficos, enciclopédias, memórias, “orelhas” de livros, perfis (muitos deles disponíveis na *web*), prefácios e posfácios. Destaca-se, nesse conjunto, o *Dicionário de Autores Paulistas*, organizado por Luís Correa de Melo para as comemorações do quarto centenário da cidade de São Paulo.⁸ Nele foram encontrados os dados referentes a 16 dos 28 fundadores identificados da revista nascidos em território paulista, número equivalente a 57% do total. Essa cifra expõe a projeção dos nomes reunidos, enquanto escritores de expressão pública, dentro do espaço urbano que sediava a publicação.

O *Manifesto de Fundação* é um documento datado de agosto de 1955, que expõe as intenções da política editorial em vias de desenvolvimento pelos mentores da *RB*, com a anuência de Abgvar Bastos, Acácio Ferreira, Adroaldo Ribeiro Costa, Afonso Schimdt,

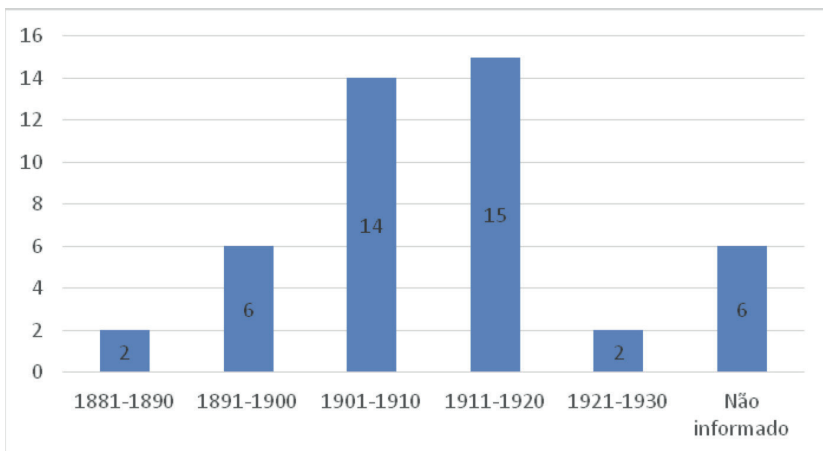
Aguinaldo Costa, Alice Canabrava, Álvaro de Faria, Aníbal Machado, Carlos Pasquale, Caltulo Branco, Ciro T. de Pádua, Edgard Cavalheiro, Edgar Koetz, Egon Schaden, E.L. Berlink, Fernando de Azevedo, Fernando Segismundo, Florestan Fernandes, Francisco Pompeu do Amaral, Gilberto de Andrada e Silva, Heitor Ferreira Lima, Heron de Alencar, J. N. Fonseca Lima, Jayme Gramaciotti, João Climaco Bezerra, João Cruz Costa, José Kalil, José Maria Gomes, Josué de Castro, Léo Ribeiro de Moraes, Mario Mazzei Guimarães, Mario da Silva Brito, Nabor Caires de Brito, Omar Catunda, Osmar Pimentel, Pinto Ferreira, Rossine Camargo Guarnieri, Ruy Bloem, Salomão Schattan, Samuel B. Pessoa, Sergio Buarque de Holanda, Sergio Milliet e Wilson Alves de Carvalho.

O cruzamento das informações biográficas desse grupo teve por objetivo responder a duas indagações: 1) Que tipo de intelectual predominou no grupo fundador da *RB*?; e 2) Quais foram os elos entre os indivíduos que emprestaram seus nomes para alavancar a revista? Para alcançá-lo, foram estabelecidas as entradas descritas a seguir.

2.1 Data de nascimento (ano)

A amostragem partiu do intervalo entre 1881-1930, dividindo-o em cinco décadas, nas quais foram encontrados registros de nascimento dos participantes do *Manifesto de Fundação*. Assim, foram obtidas as variações assinaladas no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Signatários do *Manifesto de Fundação da RB* – ano de nascimento



Fonte: Elaborado pelo Autor.

Os mais velhos do grupo (com 55 ou mais anos de idade) fizeram parte de uma geração nascida na primeira década republicana (o participante de idade mais avançada nasceu

em 1889) e ambientada intelectualmente no período de “redescobrimto do Brasil” dos anos 20 do século passado; marcado tanto pela renovação estética do modernismo, quanto pela difusão das ideologias cientificistas de salvação nacional, por meio de projetos e aspirações de reformas educacionais e higiênico-sanitárias. Esses também foram anos de contestação ao republicanismo oligárquico pelas vias comunista e liberal.

Quadro 1 - Signatários do *Manifesto de Fundação da RB* – nascidos entre 1881 e 1900

Nome	Data de nascimento
Afonso Schmidt	1890
Aníbal Machado	1894
Catulo Branco	1900
Elias Chaves Neto	1898
Fernando de Azevedo	1894
Mario Mazzei Guimarães	1889
Samuel B. Pessoa	1898
Sérgio Milliet	1898

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Os dados levantados apontaram maior concentração de nascidos nas décadas de 1901-1910 (14) e 1911-1920 (15), levando a perceber que a maioria dos participantes do *Manifesto de Fundação* estava entre 35 e 54 anos de idade. Esses participantes passaram ainda jovens (menos de 30 anos) pela Revolução de 1930, atingindo a maturidade política, intelectual e o reconhecimento público entre a crise da Segunda República (1935-1937) e a queda do Estado Novo (1945).

Os pontos de inflexão do grupo nascido entre 1901 e 1910 foram a instituição do ensino universitário – na USP e na Universidade do Distrito Federal (UDF) – e a política de massas da ANL.

O projeto da USP foi idealizado por um dos participantes do grupo da *RB*, Fernando Azevedo, intelectual associado ao jornal *O Estado de S. Paulo*, diário favorável a reformas que estimulassem a ordem social competitiva, de traço liberal, no Brasil (CAPELATO, 1989). No modelo azevediano, a Faculdade de Filosofia ocupava papel de destaque, atraindo aqueles que desejavam pensar o país fora dos quadros do formalismo jurídico, tornando-se rapidamente um importante centro irradiador da cultura moderna na capital paulista. Nela estudaram alguns manifestantes da revista: Alice Piffer Canabrava, Egon Schaden e João Cruz Costa. Além desses alunos regulares, que finalizaram seus cursos, também a frequentaram Caio Prado Júnior e Elias Chaves Neto.

A UDF, no Rio de Janeiro, trouxe à tona um projeto universitário nascido dos combates

da Associação Brasileira de Educação (ABE), ainda na Primeira República, que priorizava o desenvolvimento da atividade científica livre e desinteressada no ensino superior. Sujeita às adversidades da conjuntura política, a universidade aberta na gestão do prefeito Pedro Ernesto, logo depois interrompida, representou uma experiência inovadora dentro da ordem patrimonialista e da rápida ascensão do nacionalismo autoritário, que logo a identificaria como um corpo estranho a ser extirpado. Do quadro docente dessa universidade fizeram parte Josué de Castro e Sérgio Buarque de Holanda.

A ANL reunia partidários do aprofundamento democrático da sociedade brasileira, a se materializar mediante reformas envolvendo o cancelamento da dívida externa e a nacionalização de empresas estrangeiras (LEVINE, 1980). Movimento de frente popular apoiado pelo PCB, a ANL foi posta na ilegalidade com base na Lei de Segurança Nacional (LSN), logo após a leitura do manifesto de Luiz Carlos Prestes exigindo todo o poder para a organização. O estado de exceção induzido pela LSN atingiu em cheio os aliancistas que, embora representassem diversos setores da esquerda, seriam duramente reprimidos após a derrota dos levantes comunistas em finais de 1935. Nesse período, uma série de detenções arbitrárias lotou os presídios paulistas. Segundo Dainis Karepovs (2002, p. 61), foram efetuadas 551 prisões de ordem política no estado de São Paulo, entre novembro de 1935 e fevereiro de 1937.

A onda anticomunista dos anos 1930 marcou a trajetória de alguns dos manifestantes da RB, diretamente envolvidos com a ANL. Caio Prado Júnior, Gilberto de Andrada e Silva e José Maria Gomes, ambos do PCB, foram aprisionados por agentes dos órgãos repressivos logo nos primeiros dias após o fracassado *putsch* comunista. No Rio de Janeiro, Abguar Bastos, deputado federal e membro do diretório nacional da ANL, foi preso em março de 1936, acusado de participação em atividades revolucionárias.

Quadro 2 - Signatários do *Manifesto de Fundação da RB* – nascidos entre 1901 e 1910

Nome	Data de nascimento
Abguar Bastos	1902
Caio Prado Junior	1907
Carlos Pasquale	1906
Ciro T. de Pádua	1902
F. Pompeu de Amaral	1907
Gilberto Andrada e Silva	1907
Heitor Ferreira Lima	1905
João Cruz Costa	1904
Josué de Castro	1908

José Maria Gomes	1906
Nabor Caires de Brito	1903
Omar Catunda	1906
Ruy Bloem	1905
Sérgio Buarque de Holanda	1902

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Quadro 3 - Signatários do *Manifesto de Fundação da RB* – nascidos entre 1911 e 1920

Nome	Data de nascimento
Adroaldo Ribeiro Costa	1917
Alice Piffer Canabrava	1911
Álvaro de Faria	1918
Edgard Cavalheiro	1911
Edgar Koetz	1914
Egon Schaden	1913
Fernando Segismundo	1913
Florestan Fernandes	1920
João Climaco Bezerra	1913
Léo Ribeiro de Moraes	1912
Mario da Silva Brito	1916
Osmar Pimentel	1912
Luiz Pinto Ferreira	1918
Rossine Camargo Guarnieri	1914
Wilson Alves de Carvalho	1911

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Com base nos dados coletados, verificou-se um crescendo até 1920 e, posteriormente, a situação se inverte, pois, houve apenas mais dois participantes da *RB* nascidos nos anos seguintes: Salomão Schattan (21/04/1921) e Heron de Alencar (08/11/1921). É necessário perceber que até mesmo esses dois casos ainda apontam para o período anterior, devendo-se, por prudência, incluí-los no mesmo universo político e intelectual dos nascidos a partir de 1901.

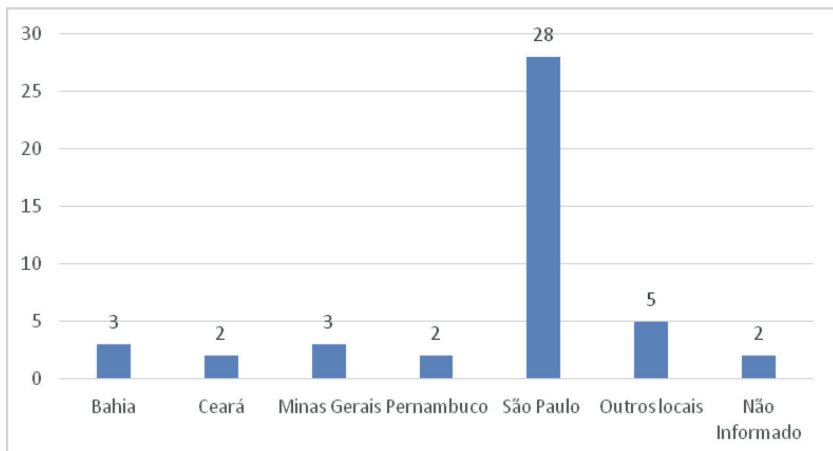
Observando o conjunto identificado de datas natalinas, o resultado a que se pode chegar é de uma divisão geracional correspondendo a dois subgrupos: os que vivenciaram a crise da Primeira República e os que vivenciaram a experiência de reconstrução nacional

da Era Vargas (1930-1945).

2.2 Local de nascimento (unidade federativa)

A investigação relativa ao local de nascimento dos signatários do *Manifesto de Fundação da RB* demonstra claramente a predominância dos paulistas (28), cuja soma ultrapassa bastante a dos participantes das demais unidades federativas (15). É importante, porém, observar uma presença não desprezível de membros oriundos das regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste (9), coerente em relação ao projeto da revista de evitar as “funestas ilusões” do progresso, que “mal dissimula, sob o extraordinário desenvolvimento dos grandes centros urbanos, o atraso econômico do país” (MANIFESTO DE FUNDAÇÃO, 1955). Os fundadores da revista nascidos nessas regiões, entretanto, muitas vezes fizeram suas vidas profissionais no eixo Rio-São Paulo. Foi o que ocorreu com o amazonense Abguar Bastos, o baiano Nabor Caires de Brito e o mato-grossense Heitor Ferreira Lima.

Gráfico 2 - Signatários do *Manifesto de Fundação da RB* – local de nascimento



Fonte: Elaborado pelo Autor.

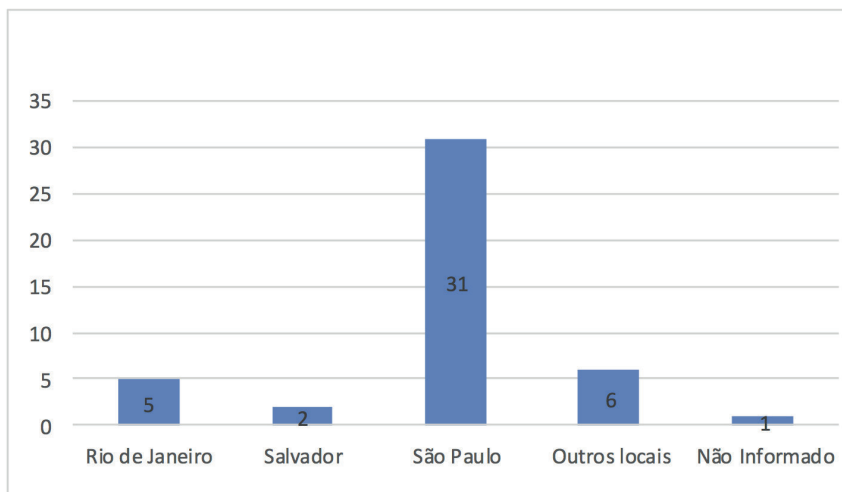
2.3 Local de residência (1955)

O local de residência dos manifestantes no ano de fundação da *RB* indica a hegemonia da capital paulista (31). As cidades do Rio de Janeiro (5) e de Salvador (2) surgem em segundo e terceiro lugares. Os demais participantes do manifesto viviam em cidades de porte

médio do estado de São Paulo (Santos e Taubaté), capitais das regiões Sul e Nordeste do Brasil (Porto Alegre, Fortaleza e Recife) e no exterior (Paris).

É, portanto, em torno da cidade de São Paulo que se desenvolve o núcleo de participantes do manifesto, em uma demonstração do seu raio de abrangência, eminentemente voltado para o campo intelectual paulistano.

Gráfico 3 - Signatários do *Manifesto de Fundação da RB* – local de residência (1955)



Fonte: Elaborado pelo Autor.

2.4 Escolarização

Conhecidos os cortes geracional e espacial do grupo fundador da *RB*, a próxima entrada traz indicações a respeito da escolarização dos participantes do manifesto. Esse item é útil para pensar a posição da revista no campo intelectual paulistano, a partir da divisão entre “amadores” e “profissionais” (SAID, 2005). Os primeiros são entendidos aqui como intelectuais dispostos a emitir opiniões sobre os mais diferentes assuntos de interesse público. Os últimos seriam detentores de uma posição especializada, fechados em uma determinada área do conhecimento, em comunicação privilegiada com os seus pares, atuando para um público mais restrito.

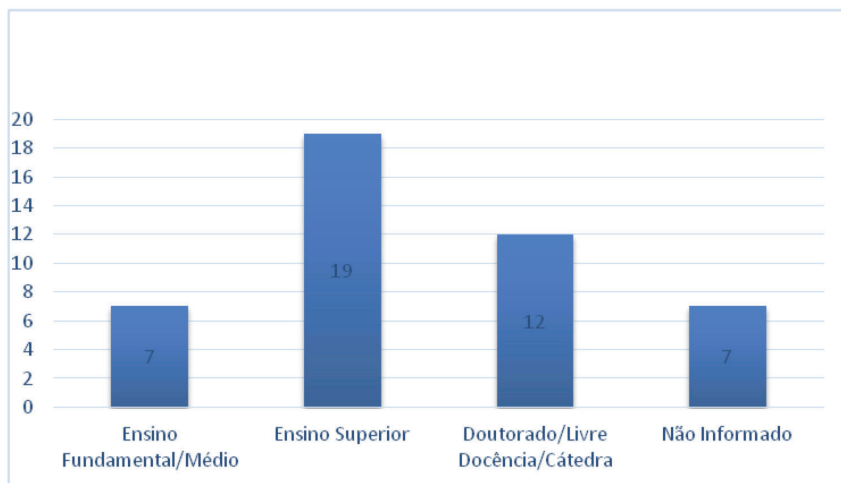
O período que separa o ano de nascimento do manifestante mais velho (1889) e a criação da *RB* (1955) coincide com uma fase de grandes transformações na atividade intelectu-

al. A passagem do século XX assistiu não apenas ao crescimento do número de homens e mulheres envolvidos em afazeres burocráticos dentro das suas atividades profissionais diárias, mas também ao aprofundamento do processo de especialização do saber. As antigas profissões liberais da advocacia e da medicina, sinônimos de independência resultante do talento individual, passaram por um severo processo de assalariamento, enquadradas em serviços prestados em escritórios e clínicas de vocação empresarial (MILLS, 1969).

A tendência geral para a especialização provocou mudanças no campo universitário e permitiu que novas formações e titulações fossem oferecidas. Sobretudo a partir da década de 1940, no Brasil, surgem ou se consolidam uma variedade de cursos dirigidos para a ciência social aplicada (tais como Administração, Arquitetura, Ciências Contábeis e Economia) visando atender a rápida evolução do mercado nacional e a abertura de novas carreiras no interior do Estado. Essas transformações logo atingiriam a capital paulista, que contou com o impulso de instituições escolares geradoras de um impacto considerável sobre as formas de produção intelectual da cidade. Houve, assim, o declínio do intelectual polígrafo, capaz de desempenhar diversas funções na imprensa e no meio editorial (MICELI, 2001), substituído pelo especialista na medida em que os bacharéis se viram confrontados com os primeiros contingentes de mestres e doutores formados em pós-graduações no Brasil. A crítica literária e o ensaísmo histórico, político e social foram os nichos que sofreram as mais intensas mutações em relação aos seus produtores, decorrentes da profissionalização acadêmica dessas áreas.

O Gráfico 4, a seguir, mostra que a maioria dos fundadores da *RB* detinha o diploma de ensino superior (19), interrompendo os estudos após a conclusão do bacharelado. A maior parte deles era formada em Direito (12) e, em seguida, Engenharia (4) e Medicina (2). Esse afunilamento nas chamadas “profissões imperiais” resultava da trajetória tardia de diversificação dos cursos superiores no Brasil. Nesse quadro, a única diplomação divergente seria a de Sérgio Milliet, que estudou Ciências Econômicas e Sociais na Escola de Comércio da Universidade de Berna, na Suíça. Exceção que confirma a regra, pois o primeiro curso superior em Economia do país iniciou as suas atividades em 1938, na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade do Brasil (UB), impedindo, até então, a obtenção desse diploma.

Além dos que obtiveram diplomas de nível superior, fizeram parte do grupo sete participantes com o ensino fundamental ou médio. Os que obtiveram especializações *stricto sensu* (12) defenderam teses de doutorado ou livre-docência em Antropologia (1), Direito (1), Economia Política (1), Filosofia (1), História (2), Letras Neo-latinas (1), Matemática (1), Medicina (2) e Sociologia (2).

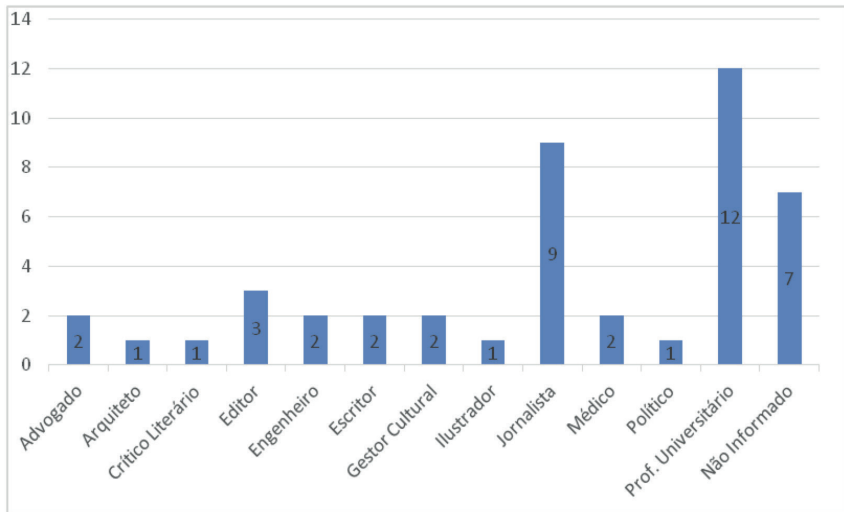
Gráfico 4 - Signatários do *Manifesto de Fundação da RB* – escolarização

Fonte: Elaborado pelo Autor.

2.5 Atividade profissional

Apenas as informações a respeito da escolarização não suprem o detalhamento necessário para uma conclusão mais consolidada sobre o perfil intelectual dos fundadores da *RB*. Pode-se aproximar dela adicionando a essa prosopografia a atividade profissional e a produção intelectual do grupo, como será feito neste e no próximo item.

A pesquisa demonstrou que a maior parte dos participantes do *Manifesto de Fundação* da revista era formada por professores universitários (12), jornalistas (9), editores (3), correspondendo a 55 % do total de integrantes do grupo. Chegou-se a essas compartimentações considerando-se a atividade profissional de cada manifestante no ano de lançamento da *RB* (1955). Assim, por exemplo, Sérgio Milliet, embora tenha atuado como professor na ELSP (1937-1944) e secretário de redação de *O Estado de S. Paulo*, aparece catalogado como “gestor cultural”, em virtude das atividades por ele exercidas na direção da Biblioteca Municipal de São Paulo e na organização da Bienal de Artes daquela cidade. Os fundadores da *RB* identificados na pesquisa dividiram-se profissionalmente conforme expressa, a seguir, o Gráfico 5.

Gráfico 5 - Signatários do *Manifesto de Fundação da RB* – atividade profissional

Fonte: Elaborado pelo Autor.

A presença marcante de professores universitários revela a proximidade da *RB* com a pesquisa acadêmica, em especial a que era desenvolvida na USP, instituição a qual pertenciam 40% desse conjunto. Mostra também que a formação especializada levava-os prioritariamente para a universidade. Afinal, de todos os participantes do manifesto que obtiveram doutorado, cátedra ou livre-docência até 1955, apenas um não ingressou profissionalmente na vida universitária: Caio Prado Júnior.

Por outro lado, a forte presença de indivíduos dedicados ao jornalismo insinua a participação de intelectuais não especializados entre os fundadores da *RB*.⁹ Nesse sentido, é interessante conhecer a formação escolar dos que abraçaram essa profissão, assim como os órgãos de imprensa a que estiveram vinculados, a fim de saber que tipo de inserção profissional tiveram na área.

Quadro 4 - Formação escolar e atuação profissional dos jornalistas do grupo fundador da RB

Nome	Grau de instrução	Curso Superior	Locais de trabalho
Adroaldo Ribeiro Costa	Bacharelado	Direito	A Tarde (BA)
Afonso Schmidt	Ensino Médio	Não	A Lanterna (SP) Voz Operária (RJ) Jornal do Povo (SP) Folha da Noite (SP) OESP (SP)
Ciro T. de Pádua	Ensino Médio	Não	Última Hora (SP)
Elias Chaves Neto	Bacharelado	Direito	OESP (SP) Notícias de Hoje (SP)
Fernando Segismundo	Ensino Médio	Não	Diário de Notícias (RJ)
Heitor Ferreira Lima	Ensino Fundamental	Não	Observador Econômico Financeiro (SP)
Mario Mazzei Guimarães	Bacharelado	Direito	Folha da Noite (SP)
Nabor Caires de Brito	Bacharelado	Direito	Notícias de Hoje (SP) Última Hora (SP)
Ruy Bloem	Bacharelado	Direito	OESP (SP) Folha da Noite (SP) Folha da Manhã (SP)

Fonte: Elaborado pelo Autor.

No grupo de fundadores da *RB*, os que exerceram o jornalismo como profissão foram escolarizados até o ensino fundamental ou médio, ou então, concluíram o bacharelado em Direito. Aqueles que obtiveram outras formações superiores não se dedicaram ao jornalismo de forma integral, o que não os impedia de atuarem como colaboradores eventuais ou

frequentes da imprensa. O caso mais emblemático na relação de distanciamento entre a especialização pós-graduada e o jornalismo é o de Sérgio Buarque de Holanda. Nos anos 1920, depois de formado em Direito, ele participou ativamente da imprensa escrita, em diversas funções, desempenhadas em agências de notícias e jornais de grande circulação, para mais tarde realocar-se profissionalmente como diretor do Museu Paulista e professor de História da USP. O rito de passagem nessa trajetória de especialização viria com o concurso para a cadeira de História da Civilização Brasileira, em 1958, no qual apresentou a tese *Visão do Paraíso* (DIAS, 1994).

Os jornalistas do *Manifesto de Fundação* atuaram tanto na imprensa operária (anarquista) e popular (comunista) como na grande imprensa. Um dos mais velhos do grupo, Afonso Schmidt, teve uma trajetória abrangente, iniciada em parceria com Edgard Leuenroth em *A Lanterna*, passando por jornais como a *Voz Operária*, órgão da Federação Operária, na capital da República. Cronista e poeta, Schmidt publicou uma grande quantidade de textos em folhetos e revistas de variedades. Na década de 1920, integrou-se à imprensa comercial, assumindo funções na recém-criada *Folha da Manhã* (PAULILO, 2002). A presença de Schmidt na grande imprensa diária não o afastaria dos projetos de vinculação partidária, estando à frente de *Fundamentos* (1948-1955), que surge como uma “revista de cultura moderna”, mas logo se redefine, em meio à guinada sectarista do PCB, com um estilo panfletário em defesa das teses jdanovistas. Nabor Caires de Brito teve trajetória semelhante a de Schmidt, com passagem pela imprensa partidária e a grande imprensa. O jornalista dirigiu *Notícias de Hoje*, principal veículo de comunicação escrita do PCB em São Paulo durante a legalidade pós-Estado Novo, sendo convidado mais tarde para assumir função semelhante na sucursal paulista do *Última Hora*.

Os homens de imprensa da *RB* eram profissionais prestigiados no *métier*, independentemente de suas atividades políticas, estritamente partidárias ou exercidas em movimentos de opinião. Alguns deles até não tiveram envolvimento direto na luta política ou o fizeram fora do campo ideológico da esquerda. O primeiro caso inclui Mário Mazzei, redator-chefe da *Folha da Manhã*, considerado um dos fundadores do jornalismo agropecuário no Brasil, e o último, Ruy Bloem, colunista político de *O Estado de S. Paulo* e secretário municipal de Educação da capital paulista na gestão de Lineu Prestes, prefeito indicado pelo governador Adhemar de Barros, do Partido Social Progressista (PSP).

O terceiro agrupamento profissional mais representativo entre os fundadores da *RB* era formado por editores. Além do proprietário da Editora Brasiliense, nele estiveram Edgard Cavalheiro e Mário da Silva Brito, nomes de grande projeção no meio cultural paulistano. Atuando ininterruptamente como colaborador da imprensa e biógrafo, Edgard Cavalheiro ocupou funções gerenciais nas editoras Martins, Globo e Cultrix, até abrir negócio próprio, com a Companhia Distribuidora de Livros (CODIL), pouco antes do seu falecimento em 1958. Já a experiência do escritor Mário da Silva Brito no ramo editorial coincidiu com a sua passagem pela Editora da Civilização Brasileira, cujo proprietário era Ênio Silveira. É im-

portante notar que Cavalheiro e Brito foram dirigentes da Câmara Brasileira do Livro (CBL), órgão corporativo envolvido na expansão do setor editorial.

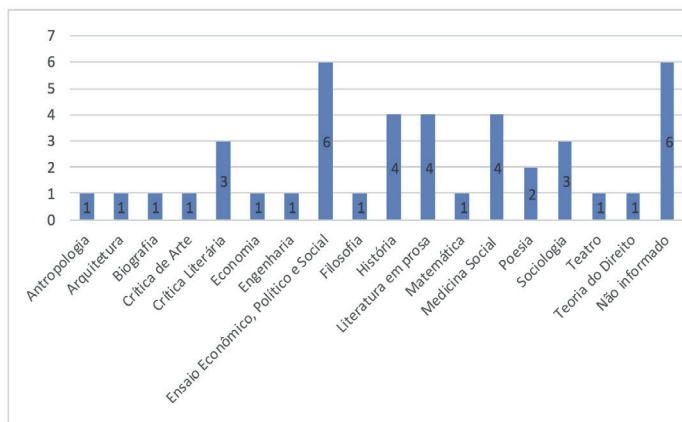
2.6 Produção intelectual

Para atingir uma interpretação mais conclusiva a partir do uso da prosopografia, o Gráfico 6, a seguir, incorpora a produção intelectual dos biografados. Mesmo que a presença no grupo fundador não levasse a uma assiduidade na publicação de artigos na revista (em alguns casos houve até mesmo nulidade), conhecer o tipo de publicação mais frequente dos manifestantes auxilia a compreender os perfis de apresentação e recepção intentados pela *RB*.

A pesquisa considerou como produção intelectual apenas aquela apresentada na forma de comunicação escrita (livro ou artigo), desconsiderando o texto jornalístico, visto como inerente à atividade profissional dos seus produtores, não como reflexão resultante da pesquisa científica, erudita ou da criação literária. Com isso, deliberadamente, reduziu-se o universo pesquisado, eliminando-se três participantes do *Manifesto de Fundação*: o ilustrador Edgard Koetz e os jornalistas Mário Mazzei e Nabor Caires de Brito. Outro problema enfrentado na catalogação dos manifestantes foi a variedade da sua produção, definida pelo que tornou mais conhecido cada um deles. Caso emblemático é o de Caio Prado Júnior, autor de livros sobre História, Filosofia e Teoria Econômica. A opção foi considerá-lo apenas historiador.

O resultado da investigação demonstrou uma inclinação do grupo fundador para o Ensaio Econômico, Político e Social, conforme expressa o Gráfico 6.

Gráfico 6 - Signatários do *Manifesto de Fundação da RB* – produção intelectual



Fonte: Elaborado pelo Autor.

O predomínio dos ensaístas indica a presença de intelectuais não especializados entre os fundadores da publicação. Mas só é possível confirmá-la adicionando a essa informação o nível de escolarização e a atividade profissional de cada um deles, como se verifica, a seguir, no Quadro 5.

Quadro 5 - Escolarização, profissão e temas dos ensaístas do grupo de fundadores da RB

Nome	Escolarização	Profissão	Tema
Aguinaldo Costa	Bacharelado/ Engenharia	Engenheiro	Reforma Agrária
Ciro. T. Pádua	Ensino Médio	Jornalista	Relações Raciais
Elias Chaves Neto	Bacharelado/Direito	Jornalista	Revoltas Políticas
Fernando Segismundo	Ensino Médio	Jornalista	Revoltas Políticas
Heitor Ferreira Lima	Ensino Fundamental	Jornalista	Industrialização
Ruy Bloem	Bacharelado/Direito	Jornalista	Reforma Eleitoral

Fonte: Elaborado pelo Autor.

O que se observa nesse grupo é o predomínio de jornalistas que não obtiveram especializações acima da graduação universitária. O tipo de publicação procurada por eles não se distanciava das suas atividades profissionais, e até as complementava. É o caso do livro de Ruy Bloem, *A crise da democracia e a reforma eleitoral*, lançado pela editora Martins em 1955. Na ocasião, Bloem era colunista político de renome em São Paulo e o livro resultou da campanha jornalística encabeçada por ele na *Folha da Manhã* e na *Folha da Tarde* contra o personalismo na política brasileira, provocada, conforme o argumento, pela demora em suprimir os efeitos negativos do código eleitoral regido pela Lei Agamenon, aprovada em maio de 1945, ainda durante a ditadura do Estado Novo. A edição reunia artigos originalmente publicados na imprensa, que passariam à “vida menos fugaz do livro” (BLOEM, 1955, p. 16). Ao escrever sobre o assunto, o autor não procurou apenas apresentar os fatos, mas trazer a público uma opinião estabelecida em amplo conhecimento histórico e jurídico. Com uma conotação doutrinária, a redação de Bloem expunha uma interpretação liberal do Brasil contemporâneo, numa crítica aberta ao mau uso da política de massas por determinados grupos, responsáveis pela condução da democracia a níveis cada vez mais baixos, em que os projetos de nação eram substituídos por ataques pessoais recíprocos entre os principais candidatos.

Logo após o grupo de ensaístas, com quatro representantes cada, estiveram personagens envolvidos com a produção intelectual em História, Literatura em prosa e Medicina Social. Essa divisão revela um viés basicamente humanista e cultural nos participantes do manifesto de 1955, pois mesmo os cientistas que participaram do lançamento da revista

vieram das ciências sociais e médicas, não havendo nela nenhum representante das ciências físicas e naturais.

3. Considerações finais

Manifestos são documentos que demarcam a entrada coletiva dos intelectuais na esfera pública, diante da qual se postam a favor ou contra ideologias e práticas políticas e sociais, em nome de algum ideal de justiça. Vistos por outro ângulo, são também representativos das “estruturas elementares da sociabilidade” (SIRINELLI, 1996, p. 248) que imperam nesse meio. O artigo aqui desenvolvido tratou do *Manifesto dos Fundadores* da *RB* nessa segunda vertente, não se importando com o conteúdo do mesmo, mas com a possibilidade de investigar as redes de relacionamento que lhe deram origem. O método da prosopografia foi crucial nesse sentido, permitindo detalhar alguns aspectos do grupo em questão, com ênfase para o nível de escolarização, a atuação profissional e o tipo de produção intelectual dominante.

Os dados levantados trouxeram a percepção da *RB* como um projeto apoiado por um grupo de intelectuais centrados na cidade de São Paulo, em sua maioria jornalistas e professores universitários das áreas de Ciências Humanas e Sociais, com uma produção intelectual voltada majoritariamente para o ensaio (econômico, político e social), a história, a literatura em prosa e a medicina social. Essas formas de expressão estiveram unidas para elaborar interpretações do Brasil, permitindo que a publicação em tela se autointitulasse um centro de estudos brasileiros, aberto em um momento de ascensão do nacionalismo enquanto ideologia do Estado desenvolvimentista, logo após o suicídio de Getúlio Vargas.

Os principais espaços de socialização desse grupo foram a universidade, o partido comunista e a associação de escritores. O editor da revista passou de modo irregular por essas três instituições. Bacharel em Direito pela antiga faculdade do Largo de São Francisco, Caio Prado Júnior frequentou informalmente os cursos oferecidos na Faculdade de Filosofia da USP, aproximando-se de alguns dos professores da missão francesa, como os geógrafos Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig e o etnólogo Claude Levi Strauss, em virtude de sua cultura e posição de classe. Ele não ingressou no corpo docente dessa instituição de ensino superior, mesmo após concorrer à cátedra de Economia Política. Militou por décadas no PCB, divergindo quase sempre do ordenamento interno, atingindo maior reconhecimento em funções destinadas ao público externo, enquanto dirigente da ANL e deputado estadual paulista (1947-1948). Esteve próximo do meio literário como autor e proprietário da Editora Brasiliense, por meio da qual consolidou um círculo de relacionamentos profissionais e pessoais; mas também enquanto participante da ABDE, atuando na organização do primeiro congresso nacional de escritores.

Graças à sua posição no intrincado jogo de relacionamentos que originou a *RB*, a trajetória de Caio Prado Júnior confunde-se com a dos fundadores da revista que dirigiu. A prosopografia aqui concluída confirma essa hipótese, entendendo-a como uma

publicação apoiada por indivíduos que participaram de uma rede de relacionamentos formada com base em processos de socialização política, cultural e profissional muito semelhantes. O intelectual que emerge dessa experiência não é o professor universitário apegado aos limites da sua especialidade, mas o que se poderia chamar de intelectual público, engajado no amplo debate sobre a modernização brasileira em meados do século XX.

Referências

ABREU, Alzira Alves. Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50. In: ABREU, Alzira Alves; FERREIRA, Marieta Moraes; LATTMAN-WELTMAN, Fernando (Orgs.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 13-60.

ARRUDA, Maria Arminda Nascimento. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. Bauru: EDUSC, 2001.

BATINI, Tito. *Memórias de um socialista congênito*. Campinas: Unicamp, 1991.

BLOEM, Ruy. *A crise da democracia e a reforma eleitoral*. São Paulo: Martins, 1955.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 183-192.

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: BOURDIEU, Pierre. *Sobre o poder simbólico*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 17-58.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: EDUFF, 2014.

CAPELATO, Maria Helena. *Arautos do liberalismo: a imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARVALHO, Maria Alice Rezede de. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online], São Paulo, v. 22, n. 65, p. 17-31, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n65/a03v2265.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2015.

CARVALHO, Maria Lúcia; FAGNANI, Maria Ângela. Francisco Pompêu do Amaral: sujeito social e seus objetos de ensino em prol da alimentação e nutrição no Brasil (1938-1941).

Linhas, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 100-126. jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1984723815282014100/3104>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

CHARLE, Cristophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio (Org.). *Por uma outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 41-54.

CHAVES NETO, Elias. *Minha vida e as lutas do meu tempo*. São Paulo: Alfa Ômega, 1978.

COUTINHO, Afrânio (Dir.). *Brasil e brasileiros de hoje*. Rio de Janeiro: Sul-Americana, 1961. 2 v.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sérgio Buarque de Holanda na USP. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.8, n. 22, p. 269-274, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova velha história: o retorno da História Política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-271, 1992.

FERREIRA, Muniz Gonçalves. O PCB e a organização do campo intelectual brasileiro. In: ROXO, Marcos; SACRAMENTO, Igor. *Intelectuais partidos: os comunistas e as mídias no Brasil*. Rio de Janeiro: E-papers, 2012. p. 13-41.

FISHER, Sílvia. *Os arquitetos da Poli: Ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2005.

GALUCIO, Andrea Lemos Xavier. *Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/930.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

HALEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil: Sua história*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

IUMATTI, Paulo Teixeira. *Brasiliense: 50 anos*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

JACKSON, Luiz Carlos. A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940-1965). *Tempo Social* [online], São Paulo, v. 16, n. 1, p. 263-283, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n65/a03v2265.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

KAREPOVS, Dainis. *A luta subterrânea: O PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec, 2002.

LEVINE, Robert. *O regime de Vargas: os anos críticos, 1934-1938*. Rio de Janeiro: Nova

Fronteira, 1980.

LIMONGI, Fernando. Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Junior e a Revista Brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 27-46, 1987.

MELO, Luís Correa de. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

MICELI, Sergio. Poder, sexo e letras na República Velha (estudo clínico dos anatolianos). In: MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 13-68.

MILLS, Charles Wright. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MONTALVÃO, Sérgio de Sousa. Notas sobre uma publicação comunista independente: a Revista Brasileira. *Urutãgua* [online], Maringá, n. 10, p. 22-26, 2006. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/010/10montalvao.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

MORAES, Dênis de. *O imaginário vigiado: A imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-1953)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

NEME, Mário (Org.). *Plataforma da nova geração*. Porto Alegre: Globo, 1945.

NOVAIS, Fernando Antônio. Caio Prado Júnior na historiografia brasileira. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera (Orgs.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 9-26.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção. Samuel Pessoa: uma trajetória científica no santarismo campanhista e desenvolvimentista no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* [online], Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 795-831, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v13n4/01.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2015.

PAULILO, Maria Célia. *Tradição e modernidade: Afonso Schmidt e a literatura paulista*. São Paulo: Annablume, 2002.

RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Júnior e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: 34 Letras, 2000.

SAID, Edward. *Representações do intelectual*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

SCHWARZ, Roberto. Um seminário de Marx. In: SCHWARZ, Roberto. *Sequências*

brasileiras. São Paulo: Cia. das Letras, 1999. p. 86-105.

SECCO, Linclon. A "pré-história" de Gramsci no Brasil. *Novos Rumos*, São Paulo, ano 15, n. 32, p. 16-28, 2000. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/NOR/NOR0032/NOR32PG16A28.PDF>. Acesso em: 10 maio 2015.

SECCO, Linclon. *Caio Prado Júnior: O sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008.

SILVA, Fernando Teixeira da. História e Ciências Sociais: zonas de fronteiras. *História (São Paulo)* [online], Franca, v. 24, n. 1, p. 127-166, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a06v24n1.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 231-269.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n39/a09v19n39.pdf>>. Acesso em: 6 fev. 2015.

WINOCK, Michel. As ideias políticas. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 271-294.

Fontes

Arquivísticas

ARQUIVO HERMES LIMA. *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas - CPDOC/FGV*. Rio de Janeiro, 2015.

FUNDO DELEGACIA ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL/SÃO PAULO - DEOPS-SP. *Arquivo Público do Estado de São Paulo*. São Paulo, 2015.

Endereços eletrônicos

ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS. Disponível em: <<http://www.academiapaulistadeletras.org.br>>. Acesso em: 12 out. 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. Disponível em: <<http://www.abi.org.br>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO. Disponível em: <<http://www.cbl.org.br>>. Acesso em: 12 out. 2015.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

UNIÃO BRASILEIRA DE ESCRITORES. Disponível em: <<http://www.ube.org.br/>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

WIKIPEDIA. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/>>. Acesso em 12 dez. 2015.

Impressas

ANUÁRIO BRASILEIRO DE LITERATURA. Rio de Janeiro: Irmãos Pongeti, 1944.

BOLETIM BIBLIOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Agir, 1956.

MANIFESTO DE FUNDAÇÃO. Revista Brasiliense, São Paulo, v. 1, n. 1, ago./set. 1955.

Notas

1 Ele participou, sem êxito, do concurso público para a cátedra de Economia Política da Faculdade de Direito da USP, em 1954, com a tese *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*. Na ocasião, entretanto, lhe foi concedido o título de Livre-Docente. As memórias de Elias Chaves Neto registram que o texto originou o programa de ação da RB.

2 Os aspectos de ruptura de Caio Prado Júnior frente ao marxismo-leninismo animaram uma vasta e competente bibliografia. Fernando Novais (1986) e Roberto Schwarz (1999) enfatizaram o salto crítico-qualitativo do autor de *Evolução Política do Brasil* (1933) e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) em relação aos usos mais esquemáticos do materialismo histórico, considerando-o um primeiro exemplar do marxismo de cátedra no Brasil. Bernardo Ricupero (2000) detalhou a condição de isolamento do intelectual paulistano no interior do PCB, lançando mão de uma hipótese que pode ser útil a esse artigo. Ele atentou que, sem organizar uma dissidência, Caio Prado Júnior agia dentro de um "grupo de pares", que compartilhava não somente uma posição política heterodoxa, mas laços de amizade e relações sociais homogêneas, originando um *ethos* comunitário.

3 Registrada em 23/11/1943, a Editora Brasiliense era uma "sociedade por quotas". A empresa possuía um capital social de Cr\$ 5000.000,00 X 2.000.000,00, assim distribuído entre os sócios na data de constituição: Caio da Silva Prado 240.000,00, Arthur Neves 100.000,00, Leandro Dupré 100.000,00, Caio Prado Júnior 50.000,00 e Hermes Lima 50.000,00. Monteiro Lobato tornou-se um dos sócios da empresa na sua primeira expansão acionária, em

12/2/1946, detendo o montante de 100.000,00. Investigações em torno de Yolanda Prado Alves Pinto e da Editora Brasiliense. In. Dossiê 30-k-33 Caio Prado Júnior, Fundo Delegacia Estadual de Ordem Política e Social/São Paulo (DEOPS-SP). Arquivo Público do Estado de São Paulo. Nota-se por essa investigação que o acionista majoritário, quando da fundação da empresa, era o senhor Caio da Silva Prado, pai de Caio Prado Júnior, que, entretanto, não era um ativo participante dos negócios. O engenheiro Leandro Dupré, detentor da segunda maior participação, era o marido da escritora Maria José Dupré, um dos carros-chefe de vendas da editora. O professor Hermes Lima, amigo pessoal de Caio Prado Júnior, detinha uma parte minoritária e residia na cidade do Rio de Janeiro, não se envolvendo diretamente nas decisões. Os sócios que viveram mais de perto o dia a dia da empresa, nos anos iniciais, foram Arthur Neves e Caio Prado Júnior.

4 Esses encontros não foram suficientes para que Arthur Neves, então assistente de Octalles Marcondes Filho na Companhia Editora Nacional, pudesse demonstrar a Caio Prado Júnior o seu interesse em deixar o emprego à procura de um empreendimento no mercado literário. Foi pela intermediação de Tito Batini, em reuniões acontecidas na Sociedade Brasileira de Escritores, que os dois se entenderam, conquistando Arthur Neves o apoio da família Silva Prado para a abertura do negócio (BATINI, 1991, p. 267).

5 A diretriz stalinista para a literatura e as artes recomendava o realismo socialista como resposta à decadência da cultura burguesa. Por essa razão, os intelectuais identificados ao movimento comunista internacional deveriam criar trincheiras em defesa da arte proletária. Esse quadro de confronto provocou a hostilidade dos militantes pecebistas e escritores e artistas não enquadrados nessa estética, derrubando a aliança pluralista que prevaleceu durante a queda do Estado Novo.

6 O diretor de redação da *RB* é visto atualmente como um dos pioneiros na análise da conjuntura política brasileira apoiado em conceitos retirados da obra de Antonio Gramsci, o que se justificaria pelo contato mantido entre ele e o intelectual argentino Hector Agosti, responsável pelas primeiras traduções de *Cadernos do Cárcere* em seu país (SECCO, 2000, p. 24). A historiografia recente tem demonstrado a procedência das intuições de Elias Chaves Neto quanto à "ocidentalização" da sociedade brasileira em meados da década de 1950, à medida que valoriza as formas de associativismo de classe nesses anos de acelerado crescimento industrial e urbano. Nessa vertente, por exemplo, segue o livro de Pedro Henrique Campos (2014) sobre o empresariado da construção pesada, sobretudo no capítulo acerca das formas organizativas das empreiteiras na sociedade civil.

7 Correspondência entre Caio Prado Junior e Hermes Lima sobre a venda de ações que este último possuía como sócio da Editora Brasiliense. Arquivo Hermes Lima, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), HL c 1953.10.29.

8 Na década de 1950, São Paulo completou o processo de metropolitização, simbolicamente associado aos eventos do IV Centenário, que visava projetar nacionalmente a cultura e a ciência produzidas na cidade. A maior intervenção urbanística da ocasião foi a inauguração do Parque do Ibirapuera, marcada por exposições de arte, premiações literárias e reuniões científicas que mobilizaram a intelectualidade local (ARRUDA, 2001). O dicionário organizado por Luís Correa de Melo é representativo desse momento.

9 As faculdades de Comunicação Social são um fenômeno bastante recente no Brasil, haja visto que o primeiro curso de jornalismo do país, aberto na Fundação Cásper Libero, data de 1948. O exercício anterior do jornalismo esteve aberto aos letrados de um modo geral e aos bacharéis em particular, especialmente os bacharéis em Direito.

Sérgio de Sousa MONTALVÃO. Professor de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Departamento de Administração da Universidade Federal Fluminense (UFF). Rua Mario Santos Braga, 30 – 7º andar - sala 701, Campus do Valonguinho - Niterói-RJ - CEP: 24020-140

Recebido em 18/5/2016

Aprovado em 4/2/2017